ATA DA 9ª SESSÃO ORDINÁRIA DE 2023

Presidente: Wandi Augusto Rodrigues

1ª Secretária: Nilza Maria dos Santos Godinho

Aos dez dias do mês de abril de 2023, às 19h, no Plenário da Câmara Municipal de Piedade, situada na Rua Eurico Cerqueira César, nº 160, com a presença dos senhores vereadores: **1)** Adilsom Castanho (União Brasil), **2)** Alex Pinheiro da Silva (PTB) **3)** Alexandre Pereira (MDB), **4)** Jeferson Donisete Cardoso (PP), **5)** Joacildo Xavier dos Santos (PSD), **6)** José Anésio Xavier Lemes (PP), **7)** Maria Vicentina Godinho Pereira da Silva (PSD), **8)** Mauro Vieira Machado **(**PT**), 9)** Nelson Prestes de Oliveira (PSDB), **10)** Nilza Maria dos Santos Godinho (PSDB), **11)** Valdinei Aparecido Mariano Franco (MDB) e **12)** Wandi Augusto Rodrigues (União Brasil) e com a ausência do vereador Caio Cezar da Silva Martori (PSDB), foi dado início à nona sessão ordinária de 2023 com o seguinte **EXPEDIENTE**: Em votação a ata da oitava sessão ordinária de 2023 — **Aprovada por unanimidade (11x0)** e da segunda sessão extraordinária de 2023 — **Aprovada por unanimidade (11x0)**. Em seguida, o senhor presidente esclareceu aos vereadores e à população que as denúncias nº 3 e 4/2023, respectivamente, apresentadas contra os vereadores Nelson Prestes de Oliveira e Wandi Augusto Rodrigues, foram lidas e que, posteriormente, os processos foram encaminhados pela presidência ao Conselho de Ética da Casa, para que se pronunciassem quanto ao rito pelo qual as denúncias deveriam prosseguir, caso a maioria dos vereadores votassem pelo prosseguimento: pelo art. 16 ou pelo art. 25 do Código de Ética da Casa. Esclareceu ainda que, o rito do processo deve ser estabelecido sempre de acordo com a lei e antes da aceitação da denúncia. Contudo, os membros do Conselho de Ética entenderam que a decisão quanto ao rito a ser seguido deveria ser submetida à deliberação do Plenário. O senhor presidente explicou que, pelo art. 16, as denúncias são apuradas pelos próprios membros do Conselho de Ética e que, pelo art. 25, deve haver o sorteio de três membros para composição da Comissão Processante. Esclareceu que, primeiramente, seria realizada a votação nominal para

decidir pelo prosseguimento ou não das denúncias nº 3 e 4/2023 e que, em seguida, caso o Plenário decidisse pelo prosseguimento das denúncias, seria realizada a votação para a decisão do rito pelo qual as respectivas denúncias deveriam prosseguir. Explanou que o que diferencia um rito do outro são as punições: o art. 16 estabelece advertência, censura ou suspensão e o art. 25 estabelece cassação. Em seguida, foi dado início à votação da **denúncia nº 3/2023** — "Denúncia apresentada pelo senhor Edmundo José dos Santos contra o vereador Nelson Prestes de Oliveira por suposta quebra de decoro parlamentar e conduta incompatível." – **Questão de ordem** – O vereador Joacildo solicitou ao senhor presidente a leitura dos pareceres. O senhor presidente solicitou à 1ª Secretária que fizesse a leitura do despacho da presidência e do parecer do Conselho de Ética. Dando continuidade à votação, o senhor presidente determinou a chamada nominal dos vereadores, solicitando aos parlamentares que votassem "não", caso entendessem que a denúncia não deveria ser prosseguida ou que votassem "sim" para o recebimento da denúncia: 1) Adilsom Castanho votou **sim**; 2) Alex Pinheiro da Silva votou **não**; 3) Alexandre Pereira votou **não**; 4) Jeferson Donisete Cardoso votou **não**; 5) Joacildo Xavier dos Santos votou **sim**; 6) José Anésio Xavier Lemes votou **não**; 7) Maria Vicentina Godinho Pereira da Silva votou **sim**; 8) Mauro Vieira Machado votou **sim**; 9) Nilza Maria dos Santos Godinho votou **não**; 10) Valdinei Aparecido Mariano Franco votou **não**. Encerrada a votação, o senhor presidente anunciou o resultado: 6 (seis) votos para não e 4 (quatro) votos para sim, decidindo a maioria pelo não recebimento da denúncia, a qual será arquivada. – **Questão de ordem** – O vereador Joacildo disse ao senhor presidente que, embora a denúncia tivesse sido colocada em votação, ele, como membro do Conselho de Ética, não concordava com o procedimento realizado, alegando que o senhor presidente fez um novo rito. Disse também que, (com dúvida em relação à data da sessão) no dia 27, a denúncia foi lida e encaminhada pela presidência para o Conselho de Ética, razão pela qual ele pediu que o parecer fosse lido. Alegou que quando o senhor presidente leu, ele (o presidente) aceitou a denúncia. Acrescentou que a denúncia foi encaminhada para o Conselho de Ética para a decisão do rito a ser seguido: art. 16 ou art. 25. Porém, o Conselho de Ética entendeu que essa decisão não deveria ser tomada apenas pelos três membros que a constituem, submetendo a denúncia para deliberação do Plenário para

decidir se a denúncia se enquadraria no art. 16 ou art. 25. O senhor presidente informou ao vereador Joacildo que a presidência da Casa não tem poder para aceitar ou não uma denúncia, que toda denúncia deve passar pelo Plenário, como determina o Decreto-Lei nº 201/1967, caso haja o enquadramento, da mesma forma determina o Código de Ética da Casa, no art. 16 e no art. 25, inciso II. Informou que a denúncia, em nenhum momento, foi aceita e que foi encaminhada para o Conselho de Ética apenas para que fosse feito o enquadramento, não para que fosse feito o prosseguimento da denúncia, uma vez que a denúncia veio sem enquadramento e ele, como presidente, não poderia decidir pelo rito, cabendo essa decisão ao Plenário e ao Conselho de Ética. O senhor presidente leu o art. 16 e o art. 25, inciso II, para esclarecer que, independentemente do rito, primeiramente, a presidência deve consultar a Câmara sobre o recebimento ou não da denúncia. O vereador Joacildo disse que foi o que ele questionou ao senhor presidente no dia da leitura e que, inclusive, o questionamento estava gravado: se o presidente estava sendo orientado pelos procuradores da Casa ou se estava decidindo por opinião própria. O senhor presidente respondeu ao vereador que encaminhou para o Conselho de Ética para não decidir por opinião própria, ressaltando não ter poder para escolher o rito a ser seguido. – **Questão de ordem** – O vereador Valdinei pediu desculpa ao vereador Joacildo, mas disse que a forma como seria a votação tinha ficado clara e que, qualquer dúvida deveria ter sido apresentada antes da votação. Acrescentou que a votação foi justa, prevalecendo o voto da maioria. O senhor presidente, em respeito ao processo democrático, solicitou ao vereador Joacildo que encaminhasse à Comissão de Justiça e Redação (CJR) um recurso contra a decisão da presidência e a CJR decidirá se anula ou não o ato praticado pela presidência. Em seguida, foi dado início à votação da **denúncia nº 4/2023** — "Denúncia apresentada pela senhora Karoline Ketlin Nunes Ferreira contra o vereador Wandi Augusto Rodrigues por suposta infração ao inciso I, artigo 28, da Lei Federal nº 8.906, de 04 de julho de 1994, que dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).". Durante a votação da respectiva denúncia, o vice-presidente Nelson Prestes de Oliveira assumiu o lugar do presidente Wandi Augusto Rodrigues. O presidente interino informou que os senhores vereadores deveriam votar "sim", para o recebimento da denúncia, ou "não", caso entendessem que a denúncia não

deveria ser prosseguida. – **Questão de ordem** – O vereador Joacildo solicitou a leitura dos pareceres do Conselho de Ética. A senhora secretária leu os pareceres solicitados pelo vereador e, em seguida, fez a chamada nominal: 1) Adilsom Castanho votou **sim**; 2) Alex Pinheiro da Silva votou **não**; 3) Alexandre Pereira votou **não**; 4) Jeferson Donisete Cardoso votou **não**; 5) Joacildo Xavier dos Santos votou **sim**; 6) José Anésio Xavier Lemes votou **não**; 7) Maria Vicentina Godinho Pereira da Silva votou **sim**; 8) Mauro Vieira Machado votou **sim**; 9) Nilza Maria dos Santos Godinho votou **não**; 10) Valdinei Aparecido Mariano Franco votou **não**. Encerrada a votação, o presidente interino anunciou o resultado: 6 (seis) votos para não e 4 (quatro) votos para sim, decidindo a maioria pelo não recebimento da denúncia, a qual será arquivada. Dando continuidade ao Expediente, o vereador Wandi Augusto Rodrigues, reassumiu o seu lugar como presidente da Mesa. Leitura das **Matérias Recebidas do Poder Executivo**: **Of. Seg. nº 27/2023**, de 30/3/2023 - Resposta ao requerimento nº 126/2022; **Of. Seg. nº 28/2023**, de 30/3/2023 - Resposta ao requerimento nº 6/2023; **Of. Seg. nº 29/2023**, de 30/3/2023 - Resposta ao requerimento nº 18/2023; **Of. Seg. nº 30/2023**, de 30/3/2023 - Resposta ao requerimento nº 17/2023; **Of. Seg. nº 31/2023**, de 30/3/2023 - Resposta ao requerimento nº 12/2023; **Of. Seg. nº 32/2023**, de 30/3/2023 - Resposta ao requerimento nº 11/2023; **Of. Seg. nº 33/2023**, de 30/3/2023 - Resposta ao requerimento nº 135/2022; **Of. Seg. nº 34/2023**, de 30/3/2023 - Resposta ao requerimento nº 10/2023; **Of. Seg. nº 35/2023**, de 30/3/2023 - Resposta ao requerimento nº 8/2023; **Of. Seg. nº 36/2023**, de 30/3/2023 - Resposta ao requerimento nº 7/2023; **Of. Seg. nº 37/2023**, de 30/3/2023 - Resposta ao requerimento nº 3/2023; **Of. Seg. nº 38/2023**, de 30/3/2023 - Resposta ao requerimento nº 133/2022; **Of. Seg. nº 39/2023**, de 30/3/2023 - Resposta ao requerimento nº 129/2022; **Of. Seg. nº 43/2023**, de 3/4/2023 - Resposta ao questionamento da Comissão de Justiça e Redação (CJR) quanto ao projeto de lei nº 3/2023; **Of. Seg. nº 44/2023**, de 3/4/2023 - Resposta ao questionamento da Comissão de Justiça e Redação (CJR) quanto ao projeto de lei nº 8/2023; **Of. Seg. nº 45/2023**, de 3/4/2023 - Resposta ao questionamento da Comissão de Justiça e Redação (CJR) quanto ao projeto de lei nº 9/2023; **Of. Seg. nº 47/2023**, de 5/4/2023 - Resposta ao questionamento da Comissão de Justiça e Redação (CJR) quanto ao projeto de lei nº 6/2023. Leitura das **Proposições**: **Projeto de lei nº**

11/2023 (Poder Executivo) — "Revoga dispositivos da Lei Municipal nº 3759, de 18 de dezembro de 2006 - Código Tributário Municipal, conforme especifica."; **Projeto de lei nº 12/2023 (Poder Executivo)** — "Altera a redação de dispositivos da Lei nº 4799, de 16 de março de 2023, conforme especifica."; **Requerimento nº 29/2023** (vereador Joacildo Xavier dos Santos) — "Voto de pesar pelo falecimento da senhora Mirna Sheila Margheri Chaves de Mello."; **Requerimento nº 30/2023** (vereador Caio Cezar da Silva Martori) — "Solicita informações relacionadas à Secretaria de Desenvolvimento Social de Piedade."; – O requerimento foi colocado em discussão – Como não houve vereadores para discuti-lo, o requerimento foi colocado em votação – **Aprovado por unanimidade (11x0)**; **Requerimento nº 31/2023** (vereador Caio Cezar da Silva Martori) — "Solicita informações relacionadas à contratação de empresa especializada para a execução das obras de pavimentação asfáltica de estradas vicinais, trecho antiga SP-79 e trecho PDD-363, no bairro Miguel Russo, Piedade/SP."; – O requerimento foi colocado em discussão – Como não houve vereadores para discuti-lo, o requerimento foi colocado em votação – **Aprovado por unanimidade (11x0)**; **Requerimento nº 32/2023** (vereador Caio Cezar da Silva Martori) — "Solicita informações relacionadas aos contratos de locações de prédios promovidos pela prefeitura de Piedade de 2021 a 2023."; – O requerimento foi colocado em discussão – Como não houve vereadores para discuti-lo, o requerimento foi colocado em votação – **Aprovado por unanimidade (11x0)**; **Requerimento nº 33/2023** (vereador Caio Cezar da Silva Martori) — "Solicita informações relacionadas à contratação de empresa especializada para a execução das obras de pavimentação asfáltica no bairro da Vila Moraes."; – O requerimento foi colocado em discussão – Como não houve vereadores para discuti-lo, o requerimento foi colocado em votação – **Aprovado por unanimidade (11x0)**; **Requerimento nº 34/2023** (vereador Caio Cezar da Silva Martori) — "Solicita informações relacionadas à lista de castração de cães e gatos do canil municipal."; – O requerimento foi colocado em discussão – Como não houve vereadores para discuti-lo, o requerimento foi colocado em votação – **Aprovado por unanimidade (11x0)**; **Requerimento nº 35/2023** (vereador Caio Cezar da Silva Martori) — "Solicita informações relacionadas à contratação de empresa especializada para a execução das obras de pavimentação asfáltica no bairro dos Moreiras,

Piedade/SP.”; – O requerimento foi colocado em discussão – Como não houve vereadores para discuti-lo, o requerimento foi colocado em votação – **Aprovado por unanimidade (11x0)**; **Requerimento nº 36/2023** (vereador Caio Cezar da Silva Martori) — “Solicita informações relacionadas à contratação de empresa especializada para a execução das obras de pavimentação asfáltica de estradas vicinais no bairro dos Ortizes, Piedade/SP.”; – O requerimento foi colocado em discussão – Como não houve vereadores para discuti-lo, o requerimento foi colocado em votação – **Aprovado por unanimidade (11x0)**; **Indicação nº 39/2023** (vereador Adilsom Castanho) — “Indica a manutenção da estrada que liga o bairro dos Ortizes ao bairro Piraporinha, km 90.”; **Indicação nº 40/2023** (vereador José Anésio Xavier Lemes) — “Indica a colocação de tubos na Estrada Municipal PDD-282, no bairro Ribeirão Bonito.”; **Indicação nº 41/2023** (vereador Mauro Vieira Machado) — “Indica a manutenção (tapa-buracos) nas Estradas Municipais Messias Godinho Sobrinho e Hirohiko Katsuragawa, estradas de acesso aos bairros Oliveiras e Furnas.”. Encerrada a leitura das matérias foi passada a palavra aos vereadores inscritos em **Tema Livre**. **Vereador Adilsom Castanho (1)** — “Excelentíssimo, senhor presidente, Mesa constituída nesta Casa, nobres pares, população que nos acompanha aqui no plenário e através das redes sociais, meu boa noite a todos. Eu quero iniciar a minha fala nessa tribuna livre, sobre as inúmeras ligações e mensagens que tenho recebido, relacionadas aos acontecidos nas escolas. Pais, mães, responsáveis pelas crianças, é uma preocupação imensa por parte de quem tem criança nas escolas e o mais difícil de tudo, nós não temos uma resposta, o que falar para esses pais e para essas mães. Eu também tenho duas filhas, as duas estudam, confesso que é bastante preocupante tudo o que tem acontecido, na hora que a gente deixa os filhos da gente na porta da escola, bate uma preocupação muito grande. Foram duas situações extremas, isso preocupa muito e eu volto a dizer: a gente não tem o que falar. Obviamente, a gente tem que incentivar as crianças a irem à escola, mas existem pais e mães que falaram comigo que optaram por não mandar os filhos, não vão mandar enquanto não tiver segurança e a gente sabe que isso não acontece da noite para o dia, né? Contratar, colocar segurança nas portas das escolas.” – **Aparte vereadora Nilza Maria dos Santos Godinho** — “Eu também fiquei preocupada quando eu vi as pessoas falando da falta de segurança, que só teria segurança

nas escolas particulares e, conversando com o tenente Barros, que foi destacado para Piedade hoje, ele levou até as planilhas para eu ver que, em todas as escolas eles estão fazendo ronda. Cada diretora tem um livro que eles assinam a presença, quer dizer que, então, a polícia está, realmente, cumprindo o papel. Ele disse que pode até verificar nas escolas esse livro, em posse das diretoras, que eles fazem a ronda, sim. Só que, nas escolas particulares, eles requisitaram a viatura, né? Então, foi isso o que aconteceu, e foi um caos, porque tinha vindo esse crime bárbaro, então, deixou todo mundo exaltado, né? É isso." – **Continuou o orador** — "Obrigado, agradeço a contribuição. É uma ótima informação, eu não tinha conhecimento." – **Aparte vereador Alexandre Pereira** — "Só para complementar isso que a 'Chuca' falou, eu também tive acesso a essas anotações que eles fazem de ronda e, realmente, eles passam em escolas públicas também. O que acontece é que a escola particular tirou foto e publicou, as públicas, não, por isso que causou todo esse reboliço. Mas eu também tive conhecimento dessa planilha, vi e, de fato, eles fazem patrulha em todas as escolas. Obrigado." – **Continuou o orador** — "Obrigado pela contribuição e é exatamente isso, né? A gente sabe, infelizmente, diante de uma situação tão preocupante, alguns usam até de maldade nos comentários, enfim, fazendo aí um comparativo como se uma criança tivesse mais valor que a outra, não existe isso para a segurança pública, de um modo geral, e a gente sabe que jamais, aqui no município, o prefeito faria a escolha dessa forma. Então, é importante que todos procurem manter a calma e que divulguem, sim, mas que divulguem a verdade, o que de fato está acontecendo para não piorar ainda mais a situação. E volto a dizer, como foi discutido nesta Casa, a questão dos psicólogos voltados à rede de educação, para um momento desse seria muito importante que tivesse, né? Como a questão da pandemia e tudo mais e, o que vem acontecendo, essa é a minha fala nesse sentido. Eu também quero, aqui, agradecer publicamente ao Israel, conhecido como 'Orelha', ali da cidade de Salto de Pirapora. É um vereador, nós nos conhecemos e firmamos uma parceria para trabalharmos as necessidades dos bairros que estão em divisa de município: Piedade e Salto. Isso começou hoje, ali no bairro dos Leites, o que acontece é que esses bairros que estão na divisa, ninguém assume, essa é a verdade. Uns falam que é Piedade, outros falam que é Salto de Pirapora e para que acabasse todo esse impasse e, realmente, a situação fosse

atendida, eu busquei essa parceria e ele aceitou. Ele fez a intermediação junto ao prefeito de Salto de Pirapora, o qual eu agradeço, e ao prefeito de Piedade também que nos atendeu e iniciou, ali no bairro dos Leites, no dia de hoje. As equipes, Piedade, Salto de Pirapora, equipamentos, materiais; vai existir ali um comum acordo para que seja feita a manutenção na divisa dos municípios, o mutirão da semana inteira, ali no bairro. Então, deixo aqui registrado o meu agradecimento ao nosso prefeito, ao prefeito de Salto Pirapora, à equipe de Salto de Pirapora, a toda a nossa equipe e, em especial, ao vereador 'Orelha', como é carinhosamente chamado. Isso precisa acontecer em outros bairros que a gente tem essa divisa, tem divisa com Pilar do Sul, com Ibiúna, enfim, a gente sabe. Eu vou citar como exemplo, a estrada conhecida como Estrada dos Bandeirantes, que é a estrada que liga o Paruru ao Piratuba, também é um impasse, uns dizem que até o 'muro branco' é Ibiúna e depois é Piedade e, no fim, acaba que ninguém assume e a gente tem esse problema. Também tem o trecho ali, que liga o Paruru também ao Piratuba, bairro dos Ortizes, que é uma briga. E por último, teve aí uma sentença favorável ao município de Piedade, aquele loteamento que existe na divisa do município, mais de 70% (setenta por cento) ficou provado que é Piedade e, por muito tempo, Ibiúna fazia manutenção ou, às vezes, não fazia. Piedade também não fazia e o povo daquela localidade sofria com isso, é mais um problema que também está resolvido, né? Agora como é do município de Piedade, a responsabilidade da manutenção naquela estrada é de Piedade. Então, a gente vem buscando, em meio a tantas dificuldades, mais essas parcerias, que é possível de se fazer e levar uma solução para nossa população, que é o que ela mais espera de nós. Eu também quero tocar no assunto do que tem acontecido nesta Casa, que é a questão das inúmeras denúncias, né? Contra o prefeito, contra vereadores. E isso, confesso, tem tirado a minha paz. Eu não vim aqui para isso, eu vim aqui para trabalhar, para defender o interesse da população, eu vim aqui por um município melhor, para que as coisas caminhem dentro do nosso município da melhor maneira possível. Eu sei que nós temos o grande papel de fiscalizar e provamos isso hoje, o vereador Caio apresentou inúmeros requerimentos, ele não estava aqui na sessão, mas todos os requerimentos foram aprovados por unanimidade. Esse é o papel do vereador, fiscalizar, sim, querer saber, sim, o que está acontecendo no nosso município, esse é o nosso papel, todos têm essa

prerrogativa, mas essas denúncias, infundadas, de qualquer maneira, chegam nesta Casa e nos tiram a paz. A gente percebe que até o andamento da sessão fica conturbado, ora se decide de uma forma, ora se decide de outra. A gente teve a questão de hoje, aqui, pontual, né? Com todo respeito ao nobre presidente, à decisão do nobre presidente que para mim é soberana, não é porque eu já ocupei essa cadeira, mas o presidente, ele levou ao crivo do Plenário, a decisão é soberana, nós fomos eleitos para isso, nós fomos eleitos para decidirmos. Não adianta, nós não vamos passar para outro a nossa obrigação, nós temos a obrigação, sim, de decidir, doa onde doer, nós temos a obrigação de decidir e tem sido dessa forma, mas assim, para mim que tenho uma certa experiência na Casa, às vezes, fica difícil o entendimento. Hoje, o presidente, na ocasião em que a denúncia trazia o nome dele, ele afastou-se da presidência, assumiu o vice-presidente, o que eu acho muito legítimo, mas há de se pensar também que, na ocasião em que foi enviado para a comissão de ética, entenda bem, não é afronta, não é nada, mas na ocasião em que foi enviado para a comissão de ética, foi citado o código de ética e dois artigos, optar pelo 16 ou pelo 25, e essa decisão também fazia parte na questão de desrespeito à denúncia que tinha quanto à presidência, né? E a mesma presidência, por orientação, obviamente, indicou o artigo 16 e 25, também não deixa de ser uma imposição. Então, por isso essa dificuldade da interpretação. Eu quero deixar isso registrado com o maior respeito do mundo, não levantei questão de ordem para não piorar a situação, já estava difícil o entendimento, para não ficar pior. Então, eu peço que isso fique registrado e que a gente sente e converse, porque tomou um caminho muito ruim todas essas denúncias, essa é a grande verdade. Tira a paz, não só de nós, vereadores, como tenha certeza também, dos funcionários desta Casa, do próprio presidente e não é isso que os munícipes esperam da gente. A população clama por melhoria: na saúde, na educação, estradas, enfim, é isso que a população clama. Eu não estou aqui também para defender nada, se o prefeito errar, ele vai pagar, ele vai ter que pagar, existe a justiça, né? Ela está aí exatamente para isso, se você cometer um erro na sua administração, mais dias, menos dias, você vai ter que responder, não tem como ser diferente. Como nós, vereadores também, se fizermos mau uso do nosso mandato, nós vamos ter que responder. Então, que fique esse entendimento, essa a minha colocação e peço que, de verdade, a gente procure da melhor forma essas decisões. Graças

a Deus, hoje não teve, vamos dizer assim, aquele atropelo, cheio de gente, de grito, uma bagunça para falar o português bem claro e que não soma nada para nenhum de nós, não soma nada no nosso mandato e muito menos para a população. Muito obrigado, nobre presidente.". **Vereador Wandi Augusto Rodrigues (2)** — "Boa noite a todos. Senhor presidente, Mesa constituída, nobres pares, público aqui presente, servidores da Casa e público que nos acompanha, o meu muito boa noite, é sempre um prazer estar nesta tribuna. Eu tinha outro roteiro aqui para este tema livre, porém, como foi citado o meu nome, eu acho que nada mais justo do que eu, talvez, me explicar. Há uma questão que precisa ficar clara, que rito não sou eu que defino, os ritos são definidos pela lei, não por mim. Até causa-me estranheza porque já ingressaram com mandado de segurança contra a minha pessoa, alegando que eu sou ditador, já protocolaram denúncia no Ministério Público alegando que eu estou beneficiando vereadores, porém, nunca ninguém, em nada, mostraram onde é que eu saí da lei. Eu cumpro, estritamente, o que está disposto, ou no Decreto-Lei 201 de 1967, que aí vai ter gente que fala assim: 'ah, é da época da ditadura, isso é ditatorial!', só que aí vale lembrar que, em 2014, quando a nossa democracia estava pujante, o STF (Supremo Tribunal Federal) fez uma súmula vinculante, que é a súmula vinculante 46, que fala que é o Decreto-Lei 201/1967 que deve ser cumprido, sim. Qualquer disposição municipal em contrário é uma disposição inconstitucional. Então, o fato tendo qualquer tipo de enquadramento com o Decreto-Lei, a gente tem que seguir o Decreto-Lei, foi por isso que nos primeiros casos seguimos o Decreto-Lei. As denúncias chegaram para nós, naquela primeira análise, a gente viu que a denúncia, o que versava sobre a denúncia, se enquadrava no artigo, salvo engano, quarto do Decreto-Lei e foi por isso que foi seguido. Isso aí, quem decidiu não foi eu, houve uma consulta à Procuradoria Jurídica desta Casa, antes de ser colocada em Plenário, assim como qualquer coisa que eu vá assinar nesta câmara, mesmo eu sendo advogado, eu tenho o hábito de consultar a Procuradoria. Hoje mesmo eu tive que assinar uma ordem de serviço qualquer e eu fiz questão de procurar tanto a Procuradoria Jurídica quanto o contador da Casa, para eu não assinar nada desamparado, se alguma coisa der problema lá na frente, com todo respeito aos nossos servidores aqui, eu tenho para quem passar, porque eu fui orientado por eles. Brincadeiras à parte, no que diz respeito às denúncias de hoje, tendo em vista que não

houve o perfeito enquadramento no Decreto-Lei 201, a gente tem uma norma municipal, que é uma norma interna desta câmara, que toda câmara tem, que é um código de ética. Esse código de ética, cumpre estabelecer, que é a resolução nº 19, de 21 de fevereiro de 2022, foi aprovado nessa legislatura por todos esses vereadores, a votação foi unânime, então, é de conhecimento de todos. E o artigo 16, eu vou lê-lo na íntegra aqui, só por uma questão de desencargo de consciência, artigo 16 - 'Formulada a denúncia por qualquer eleitor ou vereador, o presidente da câmara, na primeira sessão, determinará sua leitura e consultará a câmara sobre o seu recebimento, que será decidido pelo voto da maioria dos presentes'. Pelo artigo 16, se for aceita a denúncia, eu encaminho para a comissão de ética. Já o artigo 25 - 'Oferecida a representação contra vereador por fato sujeito à perda de mandato (frise: fato sujeito à perda de mandato), aplicável pelo Plenário da Câmara Municipal de Piedade, será adotado o seguinte procedimento'. No inciso II fala - 'de posse da denúncia, o presidente da câmara, na primeira sessão, determinará a sua leitura e consultará a câmara sobre o seu recebimento'. População, nobres colegas e qualquer outro que esteja nos ouvindo: quem é que decide se eu vou colocar a votação pelo 16 ou pelo 25? A pessoa que fez a denúncia, ela não é uma pessoa técnica, ela não mandou para mim e falou assim: 'Presidente, eu fiz toda a denúncia e eu tenho convicção de que está enquadrada no artigo 16 ou 25, então, o senhor pode colocar nesse rito'. Se eu colocar nesse rito, a decisão vai estar sendo minha, eu vou tomar a decisão pelo rito sozinho? Se eu decidir pelo 16, eu tenho certeza que quem fez a denúncia, vai lá no fórum e vai falar assim: 'Viu, eu quero ingressar com mandado de segurança porque o vereador colocou o 16, que é mais benéfico ao vereador'. Em contrapartida, se eu colocar pelo 25, o vereador denunciado, ele vai chegar, vai entrar na Justiça e falar: 'Ô, Justiça, é o seguinte: quem falou que é o 25? Porque o 25 é pior para o mandato do vereador. Então, tem que ser pelo 16'. Ou seja, essa decisão não cabe a mim, por isso, quando a denúncia chegou aqui, ela não tinha enquadramento, eu encaminhei à comissão de ética para que me mandasse o enquadramento, para que eu soubesse qual rito eu deveria seguir." – **Aparte vereador Joacildo Xavier dos Santos** — "Lê o artigo 16, por favor." – **Continuou o orador** — "Esse é o seu aparte?" – **Aparte vereador Joacildo Xavier dos Santos** — "Não, porque no artigo 16 fala que quando chega a denúncia, é lida e votada. Quando

chegou a denúncia que o senhor leu, o senhor mandou para a comissão de ética, e eu questionei, se o senhor pegar na sessão, vai estar lá questionada, que eu perguntei qual seria o rito e o senhor falou que ia mandar para a comissão de ética, aí o senhor despachou à comissão de ética, no código 16 e 25. A gente não quis, na comissão de ética, a gente decidiu não direcionar se ia pelo 16 ou pelo 25, mandamos para o Plenário para que fosse votado, o colegiado votaria se ia no rito 16 ou 25, foi por isso que a comissão de ética, que eu participo, mandou para o Plenário. Esse é o meu aparte." – **Continuou o orador** — "Eu não entendi a colocação, o porquê dela, mas que fique claro que tanto o 16 quanto o 25, pressupõe votação de aceitação de denúncia. Eu não estou entendendo o que é a confusão que causou. Se a comissão mandasse: 'Vamos seguir o 16', a primeira coisa no rito da 16, é a aceitação ou não da denúncia, no 25 é a mesma coisa. Eu não estou conseguindo entender onde é que está a dúvida, onde é que está o problema, o que que não foi entendido. Eu tentei diversas vezes conversar, aí foi falado: 'É, mas você já mandou para a comissão, você não podia ter mandado para a comissão, deveria você ter decidido...'. Eu uso o resto do meu tempo na próxima sessão, porque acabou o tempo regimental, presidente, são 20h30. Muito obrigado.". Esgotado o tempo para a realização do Expediente, conforme define o § 1º do art. 112 do Regimento Interno, o orador atual poderá utilizar o restante de seu tempo regimental na próxima sessão e os demais vereadores inscritos em Tema Livre estarão automaticamente inscritos para a próxima sessão, conforme define o § 6º do inciso III do art. 115 do Regimento Interno. Após o encerramento do Expediente, o senhor presidente concedeu 5 (cinco) minutos de intervalo regimental. Encerrado o intervalo e realizada nova chamada regimental, sendo confirmada a ausência do vereador Caio Cezar da Silva Martori (PSDB), foi dado início à pauta da **ORDEM DO DIA**: **1) Redação final do projeto de resolução nº 2/2023 da Mesa Diretora com emenda da CJR (Comissão de Justiça e Redação)** — "Dá nova redação, acrescenta, suprime alíneas, incisos, parágrafos e artigos da Resolução nº 15, de 3 de agosto de 2020 – Regimento Interno da Câmara."; – A redação final foi colocada em única discussão – Como não houve vereadores para discuti-la, a redação final foi colocada em única votação – **Aprovada por unanimidade (12x0); 2) Projeto de decreto legislativo nº 4/2023 (vereadora Maria Vicentina Godinho Pereira da Silva)** —

"Concede o título de cidadã piedadense à Sra. Sheila Izabel Cestari Miranda." – O projeto de decreto legislativo foi colocado em única discussão – **Vereadora Maria Vicentina Godinho Pereira da Silva (1)** — "Excelentíssimo presidente da câmara, vereador Wandi Rodrigues, Mesa constituída, nobres pares, todos os presentes e funcionários da Casa, e aos que nos acompanham pelas redes sociais, o meu cordial boa noite. Eu tenho a honra de propor à Casa, a concessão do título de cidadã piedadense, a essa pessoa que escolheu Piedade para atuar como uma profissional, para residir e para construir a sua família. A doutora Sheila, ela vem desde o seu término da faculdade, planejando, sonhando e, finalmente, ela conseguiu vir para Piedade e trazer junto com ela, todo o seu conhecimento, toda a sua sensibilidade, toda a sua formação e cuidado com as nossas crianças. A doutora Sheila é uma médica pediatra, casada com o doutor Paulo Miranda que também, no início, sonhou em ser um produtor, que no início da carreira, optou pela produção de tão apaixonado que ele era pelo milagre da terra, mas ele optou em continuar na carreira de médico e, hoje, moram aqui na zona urbana, porque eles tinham um sítio no bairro dos Leites, eu acho que é exatamente nesse lugar onde, ou é bairro dos Leites - Salto de Pirapora ou é bairro dos Leites – Piedade, mas o trânsito era: da residência deles para Piedade, traziam os filhos para estudar, aqui os filhos se formaram, os filhos têm amigos e eles também. Então, eu acho que é justa, importante e muito significativa essa homenagem e eu peço o apoio de todos os nobres na aprovação desse projeto. Muito obrigada, presidente." – Continuou em discussão – Como não houve mais vereadores para discuti-lo, o projeto de decreto legislativo foi colocado em única votação – **Aprovado por unanimidade (12x0)**; **3) Substitutivo do projeto de lei nº 4/2023 (vereadora Maria Vicentina Godinho Pereira da Silva)** — "Institui o Banco Municipal de Materiais de Construção do Município de Piedade/SP e dá outras providências." – O substitutivo foi colocado em primeira discussão – **Vereadora Maria Vicentina Godinho Pereira da Silva (1)** — "Senhor presidente, eu solicito a dispensa das formalidades e dá dando continuidade aqui, eu gostaria de dizer da importância deste projeto que autoriza o prefeito municipal, o nosso representante do Executivo, a instituir o Banco Municipal de Materiais de Construção, com o objetivo de transformar as sobras, eu ressalto essa palavra 'sobras', sobras servíveis, não é entulho. Uma caixa de azulejo, uma janela que

você retirou, uma porta, um pouco de pedra que sobrou, areia, uma lata de tinta que, muitas vezes, esses materiais ficam no fundo do quintal, muitas vezes, ficam lá se deteriorando, se perdendo e quantas pessoas não poderiam reutilizá-los, principalmente, as pessoas mais vulneráveis. Nesse sentido, eu conheci esse projeto que já foi instituído em diversos municípios. É uma forma de organizar a sociedade para doar esse material, muitas vezes, não sabe nem para quem doar, mas a prefeitura, o prefeito, o nosso Executivo, certamente, conhecerá e, certamente, tem uma lista de pessoas que necessitam destes materiais. Enfim, é um benefício social, o que é pouco para alguns pode ser muito para outros e, além disso, é uma intervenção célere e eficaz. Tem o material? Sabe para quem vai doar? São pessoas que necessitam? É uma associação? Porque a proposta também é doar para uma associação, pode ser para fins assistenciais, esportivos, mas desde que esses insumos sejam utilizados na construção ou reforma de obras de interesse social. Então, eu venho aqui propor a aprovação e peço o voto dos nobres para a aprovação desse projeto, haja vista a importância e como esse funcionamento vai beneficiar muitas famílias do nosso município." – **Aparte vereador Valdinei Aparecido Mariano Franco** — "Na verdade, é só para fortalecer o que eu já falei para a senhora aqui, né? Dar os parabéns, agora em público, pelo projeto. A gente sabe muito bem a importância que tem um projeto desse, vai acabar unindo o pessoal, as famílias que precisam com aquelas pessoas que, muitas vezes, têm para doar, mas não sabem para quem doar ou de que forma doar. Como a senhora falou, muitas vezes, os materiais ficam guardados, dias, meses, anos, no fundo do quintal e a pessoa querendo doar e não tem, digamos, para quem. Eu acho que é uma forma que facilita e vai atender, uma janela que seja, mesmo que não seja nova, mas em bom estado, ajuda muito, ainda mais com o preço dos materiais de construção. Então, isso ajuda a mudar a realidade das famílias porque o dinheiro que ela gastaria no material de construção, em uma janela ou em uma porta, dá para comprar alimento para casa, entre outros. Mais uma vez, parabéns, é um projeto muito bacana de quem tem visão social." – **Continuou a oradora** — "Eu agradeço a sua contribuição e coloco, aqui, para fortalecer os que foram afetados, assolados por essas chuvas, agora no início do ano. Muitos perderam móveis, muitos perderam a própria casa, alguns tiveram a casa destelhada. Então, se tem um caibro, dois, três, dez, e eu posso doar de uma

reforma, dois, mas o outro vai doar mais cinco e, assim, todos juntos poderão estar oferecendo qualidade de vida e opção melhor para a nossa população vulnerável. Enfim, eu aqui posso dizer que presenciei o descarte de material de forma totalmente errada, irregular, e não vou muito longe, aquele contêiner de lixo que fica bem em frente à Casa da Cultura, que serve ali para um depósito, até de uma forma excessiva, de muita coisa, pois eu constatei, por diversos dias, vários, vamos dizer, forros, né? São aquelas tiras de PVC, que ficaram naquele lugar, sendo que se tivesse um lugar próprio para, não digo descartar, para doar, para oferecer, para organizar, para melhorar as condições de vida de muitos, não precisariam ficar ali naquele lugar, expostas. Enfim, eu tenho certeza de que esse projeto vai agregar um grande benefício social para aqueles que mais precisam. Ademais, a fila daqueles que pedem material de construção para a prefeitura, eu sei o que é isso, é muito moroso, acaba acarretando outras providências, porque a lei, existe a doação de materiais, mas nós precisamos ter o local devidamente autorizado, a análise social. Então, eu tenho certeza de que esse Banco de Materiais de Construção é uma forma mais célere e eficaz. Repito e reitero: peço a aprovação de todos. Muito obrigada.” – Continuou em discussão – **Vereador Adilsom Castanho (2)** — “Excelentíssimo senhor presidente, peço a dispensa das formalidades. Quero parabenizar a nobre vereadora, Maria Vicentina, pelo projeto e, de antemão, já dizer que sou totalmente favorável e sei o quanto isso funciona. Um breve relato aqui para dizer que é muito importante esse projeto: é que eu, a vida toda trabalhei com construção, desde os meus 15 anos até 10 anos atrás, onde tive a fatalidade de perder a minha esposa e eu precisei parar com os canteiros de obra, mas trabalhei muito com construção civil e eu tinha algo parecido com isso, aliás, eu tenho até hoje, quem passa ali na minha casa pode ver que ao lado tem um terreno, tem um galpãozinho lá coberto e ainda têm algumas coisas, da época que eu trabalhava com obra. Então, geralmente, quando a gente vai fazer uma reforma ou coisa desse sentido, o que é que acontece? As pessoas não querem mais aquele material, as portas, janelas, algumas ferragens, enfim, inúmeros materiais. E eu fazia isso: eu trazia, armazenava na minha casa e quantas pessoas eu consegui ajudar dessa forma. Isso, eu, somente eu organizando, imagine a prefeitura envolvida nisso, né? Eu acho que tem que ter um galpão, tem que ter um pátio, porque há madeiras, há coisas perecíveis que não podem

ficar na chuva e criar logística para isso tudo e, até mesmo pensar que, futuramente, pode até ter um caminhão para fazer isso, porque na maioria das vezes, a grande dificuldade é a condução para retirar esses materiais, principalmente, das reformas. Eu confesso que, uma pessoa me deu telhas e eu não tive condições ainda de ir lá pegar, porque eu tenho que pagar um frete para retirar. Ele tirou um telhado da casa, algo em torno de uns 150 m² (cento e cinquenta metros quadrados), as telhas estão em boas condições e podem servir para uma pessoa que precisa, para uma família que precisa. Então, esse projeto e criar uma logística em cima disso, é de grande importância. Parabéns mesmo, parabéns pelo projeto de lei, tem meu total apoio para a aprovação e também para que isso, verdadeiramente, saia do papel, que é o que mais a gente precisa, né? Existem inúmeros projetos ótimos, mas que infelizmente, às vezes, não saem do papel e se a gente se unir, a gente consegue ajudar muita gente. Eu deixo, aqui, a minha solidariedade ao projeto de lei e o meu voto pela aprovação. Muito obrigado.” – Continuou em discussão – **Vereador José Anésio Xavier Lemes (3)** — “Boa noite, senhor presidente, nobres vereadores, população aqui, vocês que nos acompanham, funcionários desta Casa, o meu boa noite a todos. Parabéns, vereadora, pelo projeto. Esse projeto vem ao encontro daquilo que a população, como foi citado aqui, carente, aquela população que merece, que muitas vezes, um saco de cimento, um carrinho de areia, causam uma dificuldade imensa para aquela família que necessita construir. Então, nós não podemos perder nada, nós temos que aproveitar tudo. Eu acredito que os países de primeiro mundo já têm esse trabalho, porque não se perde e se aproveita. Eu sei da importância, isso o meu avô já ensinava: nada você joga no lixo e tudo você aproveita, você coloca ali, amanhã ele vai ser de extrema importância. Há pouco tempo, uma pessoa estava com dificuldade em uma construção e ele precisava do quê? De meio saco de cimento e de um pouco de areia, mas não podia comprar porque a situação estava difícil. A gente conseguiu ajudar e resolver o problema dele. Então, tem o meu apoio, a senhora foi muito feliz em colocar esse projeto, como o nobre vereador Adilsom explanou aqui; o apoio do vereador ‘Ney’ e a gente também pede o apoio a todos os nobres aqui, porque isso vai ajudar muitas pessoas que, realmente, precisam; porque eu sei o que é construir, eu, ‘Zé Anésio’, eu sei o que é construir com tão pouco, a minha casa eu fiz com a maior dificuldade, eu sei o quanto é de extrema

importância, o pouco... ele é grande, depois a gente vê que ele é de extrema importância. Então, tem o meu apoio e parabéns. Obrigado, presidente." – Continuou em discussão – Como não houve mais vereadores para discuti-lo, o substitutivo foi colocado em primeira votação – **Aprovado por unanimidade (11x0)**. – **O substitutivo será incluído na pauta da próxima sessão para segunda deliberação**. Como não houve mais matérias na Ordem do Dia, nem vereadores inscritos em Explicação Pessoal, o senhor presidente informou aos senhores vereadores que a sessão solene alusiva ao aniversário de emancipação do nosso município será no dia 18 de maio de 2023, às 19h, e solicitou aos parlamentares que, caso tenham algum título de cidadania para apresentar, que protocolem nesta semana para que haja tempo para a tramitação, votação e confecção das placas, agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a sessão ordinária às 21h01. Eu, Nilza Maria dos Santos Godinho, 1ª Secretária da Mesa Diretora deste Poder Legislativo, autorizei a transcrição desta ata que será submetida ao Plenário, oportunamente.

Wandi Augusto Rodrigues
Presidente

Nelson Prestes de Oliveira
Vice-Presidente

Nilza Maria dos Santos Godinho
1ª Secretária

Valdinei Aparecido Mariano Franco
2º Secretário